
O Exército como polícia: representações sociais circulantes na imprensa durante os motins policiais cearenses¹

Carlos Eduardo Pereira FREITAS²
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

O artigo tem o objetivo de indicar quais foram as representações sociais (Moscovici, 2007) do Exército Brasileiro durante os motins cearenses da Polícia Militar, ocorridos em 1997, 2011/2012 e 2020. Para isto, parte-se dos conteúdos jornalísticos produzidos no jornal *Diário do Nordeste* no período dos motins e, a partir da palavra-chave “Exército”, observa-se os termos que mais se repetem nas estruturas textuais relacionais. As palavras foram buscadas individual e manualmente e colocadas na plataforma *Google sheets* para observar vínculos e repetições. A análise aponta que o Exército é visto sob seus aspectos bélicos e masculinistas, mas possui diferentes representações quando recebe as funções da Polícia Militar, o que fortalece a noção de policização daquele (Valente, 2012).

PALAVRAS-CHAVE: Representação social; Motim; Jornalismo; Exército; Polícia Militar.

INTRODUÇÃO

As operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) autorizadas pela Presidência da República por meio de suas Forças Armadas são aplicadas há pelo menos 32 anos no Brasil. As GLOs ocorrem quando as forças de segurança dos estados ou de determinados territórios não são suficientes para manter a “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (Brasil, 1999). Apesar de terem sido pensadas para utilização em momentos extremos, um levantamento do Ministério da Defesa apontou o emprego de 145 GLOs entre 1992 e 2022, uma média de quase cinco operações por ano, o que demonstra uso recorrente deste instrumento. Quando observadas as motivações, os fenômenos mobilizadores para a decretação de uma GLO se relacionam com a segurança pública. Nos últimos 30 anos, 33,8% dessas operações ocorreram por problemas relativos especificamente à segurança pública estadual, como violência urbana (15,9%) ou durante motins policiais (17,9%).

Essa presença frequente das Forças Armadas, especialmente do Exército, suscita uma discussão dialógica que vem sendo travada por pesquisadores como Jorge Zaverucha e Júlia Valente. Apesar de o processo de militarização das polícias estar em constante evolução,

¹Artigo apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XXIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

² Mestrando em Comunicação e Cultura na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e-mail: cadufreitaass@gmail.com.

também ocorre, conforme os pesquisadores, o que seria uma policização do Exército, fortalecida pelo emprego das GLOs. Assim “o Exército é utilizado como uma espécie de polícia nacional de reserva, numa inversão que distorce seus preceitos institucionais” (Valente, 2012, p. 214).

REPRESENTAÇÃO SOCIAL E A MÍDIA

Compreendendo as representações sociais como um fenômeno, Moscovici (2007, p. 46), considera que elas “devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos”. Essa comunicação, que atua de forma dialética com as próprias representações, se dá, conforme o autor, por meio da linguagem, a qual relaciona aspectos reais/concretos com as abstrações criadas para possibilitar determinada representação social. Para Moscovici, em linhas gerais, “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar” (2007, p. 54), pois, uma vez que a familiarização favorece aspectos mnemônicos, imagéticos e prévios, é possível imaginar que representações outras já existiam e competem com as possíveis novas remodelações.

Moscovici (2007) define a existência de duas categorias de universos de pensamento: os reificados e os consensuais. Os primeiros são produzidos pela ciência e possuem rigor lógico e metodológico; já os segundos emanam do senso comum a partir de um conjunto de explicações do cotidiano que são usadas para organizar determinadas experiências. São esses universos que se chocam e se complementam no cotidiano.

Partindo dessa dualidade entre ciência e senso comum, o antropólogo francês François Laplantine avalia que, além de a representação se articular entre o individual e o social, ela possui três campos possíveis de investigação: conhecimento (um saber que não duvida de si mesmo); valor (um saber que promove avaliação); e instrumento de ação (um saber que promove ação) (Laplantine, 2001, p. 241-242). Se a representação social pode ser investigada por esses três prismas, o jornalismo, com características que se relacionam igualmente desta forma, também pode ser considerado como uma forma de representação social dos jornalistas sobre determinado objeto/indivíduo/acontecimento.

Patrick Champagne (2008, p. 64) afirma que “a mídia age sobre o momento e fabrica coletivamente uma representação social” a qual, independentemente da posição de compreensão da realidade em si, reforça “interpretações espontâneas e mobiliza, portanto, os

prejulgamentos”. Champagne considera que a mídia não só faz parte da própria realidade, mas “produz efeitos de realidade criando uma visão mediática da realidade que contribui para criar a realidade que ela pretende descrever” (2008, p. 75). Essa visão dialética, expressa o autor, tem o objetivo de tornar algo “publicamente reconhecido” para que o poder político considere-o como algo importante.

Partindo das contribuições de Champagne, Porto (2009, p.213-214) acredita que a teoria das representações sociais pode ajudar na compreensão da mídia e do sentido das suas narrativas que chegam às pessoas através dos textos jornalísticos, visto que as mídias “constituem, nas modernas democracias contemporâneas, um dos principais produtores de representações sociais, as quais, para além de seu conteúdo como falso ou verdadeiro, têm função pragmática como orientadoras de condutas dos atores sociais” (Porto, 2009, p. 211).

METODOLOGIA

A análise dos conteúdos jornalísticos publicados no jornal *Diário do Nordeste*, referentes especificamente ao período em que aconteceram os três motins policiais militares tem como ponto de partida um corpus de páginas impressas que compreende a data de início e fim desses eventos. São elas: de 30 de junho a 1º de julho de 1997; de 30 de dezembro de 2011 a 5 de janeiro de 2012; e de 19 de fevereiro a 3 de março de 2020.

Durante esses períodos, foram observadas em quais dessas páginas havia especificamente o uso do termo “Exército”, sendo esta a palavra-chave para que tal conteúdo jornalístico fosse considerado para análise. Ao todo, foi identificada a presença da palavra guarda-chuva nos seguintes textos: de 1997 (4 notícias, 1 chamada e 1 box); de 2011/2012 (12 notícias, 1 arte, 1 quadro e 1 nota); de 2020 (13 notícias/reportagens e 1 gráfico).

Com isso, passamos a observar quais palavras (especialmente verbos, substantivos e adjetivos, ou seja, estruturas que colaboram diretamente na significação de um termo como “Exército”) e quantas delas aparecem com maior frequência em cada um dos conteúdos jornalísticos a fim de compreender como se dá a representação social do Exército no *Diário do Nordeste* em cada um dos motins cearenses. Acreditamos que as palavras mais proeminentes podem expressar uma representação social dos jornalistas em cada um dos motins, levando em consideração o contexto e o histórico como parte integrante dessa representação social, bem como o caráter individual e coletivo ali estabelecido.

A análise das palavras correlatas foi feita de forma manual com a inclusão individual de cada uma delas na plataforma *Google Sheets*, que auxilia na soma das palavras encontradas a partir da ferramenta “=sum”. Assim, foi possível chegar a **59 palavras** diferentes relacionadas à palavra “Exército” nos conteúdos sobre o motim de 1997; **161 palavras** em 2011/2012; e **266 palavras** em 2020. As palavras foram agrupadas como termos de significação única ou como grupo de palavras que se relacionam a partir do seu radical.

ANÁLISE DOS CONTEÚDOS JORNALÍSTICOS

Para ser possível compreender como o Exército é representado socialmente ao longo dos três motins policiais cearenses, faremos a análise de cada cobertura partindo das palavras que mais se relacionam a partir de um grupo de termos. Em 1997, as dez mais utilizadas foram as seguintes palavras ou conjunto de palavras pelos radicais: segurança, homens, tropa (s), polícia/policiais/policiamento, fuzis/fuzileiros, ruas, convocado/convocação, controle, distúrbios e presidente.

A partir desses termos e dos outros 49 encontrados nas construções dos textos jornalísticos, observa-se que a representação social do Exército nas páginas sobre o motim de 1997 se assenta em três principais questões. A primeira delas leva a considerar que o Exército é uma corporação impossibilitada de agir sozinha, uma vez que ele é *convocado*³ por representantes políticos, como o *presidente* da República, o qual é responsável pela *autorização* do seu *emprego*. Um segundo ponto observado a partir do léxico desses textos é a representação bélica e masculina que se tem do Exército. Nos textos, a palavra *homens* é paulatinamente utilizada como substituta de *soldados*, o que demonstra uma representação de que a corporação é formada unicamente por pessoas do sexo masculino. Por último, o Exército também é apresentado como uma *força* que deve *ajudar* no *policiamento* das *ruas* durante o motim. Portanto, a força armada seria, de fato, auxiliar daquela polícia que não resolveu aderir ao motim.

Em 2011, as palavras ou conjunto de palavras conectadas pelo radical mais utilizadas foram: tropa (s), militar (es), federal (is), comando/comandante, homens, segurança, reforço, controle, força e efetivo. Nos textos, percebe-se uma representação social do Exército ainda mais militarizada, a qual se mantém durante toda a cobertura, como se essa fosse a

³ A partir deste termo, o itálico será usado como marcação de palavras ou grupo de palavras que foram relacionados à palavra-chave “Exército” nos conteúdos jornalísticos.

característica de maior visibilidade da corporação, ou seja, aquela que mais aparece nas construções textuais. Além disso, o conjunto de termos também demonstra uma categoria que relaciona ações de inteligência realizadas pelo Exército. Essas palavras sugerem que a força armada é capaz de realizar *planejamento* de *segurança* pública, por meio de *vigilância* e *estudo*, *traçando operações* a partir de *reuniões* com um *objetivo* específico, que é o *policciamento ostensivo*. Observamos que, em decorrência disso, a policização do Exército é representada de forma mais ampliada, pois, além de atuar nas *ruas* e *praças* da *capital* (policciamento ostensivo), como ampliação do seu terreno de atuação, passou a cobrir funções de vigilância e planejamento (policciamento preventivo).

Em 2020, aparecem mais os termos: operação (ões), atuação/atuar, forças, GLO, tropas, segurança, comando/comandante, homens, militares e armadas. Nos conteúdos jornalísticos, é possível observar uma vinculação direta das atividades do Exército à legislação, uma vez que só seria possível essa *atuação* por causa do *decreto* de Garantia da Lei e da Ordem (*GLO*). É interessante observar que esse instrumento legal só é citado nesta cobertura, o que parece ter sido fundamental para dar base às *atividades* da força armada neste momento. Além disso, o Exército também é representado como uma instituição que, por agir legalmente no *comando* da segurança pública, é *responsável* por suas próprias *ações*, então a corporação deve ser cobrada por tais *atividades*. É neste contexto que o processo de representação social da policização do Exército parece atingir seu nível máximo. Os textos jornalísticos expressam uma alteração da estrutura de *comando* da PM a partir da inclusão de gestores do Exército. Assim, podemos considerar que a representação social observada é que a força armada atinge o nível de *gerência* da segurança pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os referenciais teórico-metodológicos aliados à análise de palavras realizada neste artigo nos permite inferir que há representações sociais convergentes e divergentes entre si sobre o Exército durante os três motins policiais cearenses refletidos nas páginas do jornal *Diário do Nordeste*. Se a questão bélica e masculinista atravessa os textos, dando à força armada essas características visíveis em suas estruturas, há manchas nas distinções entre Exército e Polícia Militar, que ficam em segundo plano quando a força federal assume as funções da estadual.

Observamos que a representação social do Exército no exercício da função da Polícia Militar sofre adaptações em níveis distintos. Em 1997, as páginas jornalísticas expressam o Exército como auxiliar das polícias, aspecto muito provavelmente relacionado ao papel daquela força armada durante a ditadura militar, uma vez que o poder estava nas mãos do generalato. Já em 2011, a representação social do Exército durante os motins é feita a partir da capacidade da força armada em substituir a Polícia Militar nas ruas, tanto no policiamento ostensivo, quanto no preventivo. Os conteúdos jornalísticos demonstram uma corporação que realiza atividades de patrulhamento por conta própria, já que os policiais não as fazem. Por fim, em 2020, a policização do Exército parece ter alcançado seu auge na representação social que se faz nos conteúdos jornalísticos de 2020. Foi possível observar que o Exército altera a cadeia de comando da segurança pública durante o motim, adquirindo a possibilidade de atuar na gestão das forças estaduais e se consolidando como um ator político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. **Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**. Brasília, 9 jun. 1999. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm>. Acesso em: 4 jan. 2024.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. BOURDIEU, Pierre et al. **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LAPLANTINE, François. Antropologia dos sistemas de representações da doença: sobre algumas pesquisas desenvolvidas na França contemporânea reexaminadas à luz de uma experiência brasileira.

JODELET, Denise. **As representações sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2001.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Ed. 5. Petrópolis: Vozes, 2007.

PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo social, revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v. 21, n. 2, p. 211-233, nov. 2009.

VALENTE, Júlia Leite. “Polícia Militar” é um oxímoro: a militarização da segurança pública no Brasil. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**. Marília, v. 10, p. 204-224, dez. 2012.